

Fundos imobiliários ganham classificação inédita no mercado

É a primeira iniciativa de autorregulação deste tipo de produto

A partir de outubro, o mercado contará, pela primeira vez, com uma classificação específica para os fundos de investimento imobiliário. O modelo tem por objetivo facilitar a comparação entre esses fundos e promover mais transparência para os investidores, retratando as estratégias e riscos do produto.

“É a primeira iniciativa de classificação deste tipo de fundo na autorregulação. Com esse modelo, os regulamentos dos fundos passam a ser mais detalhados. Informações precisas ajudam o investidor a conhecer melhor o produto na hora de aplicar seu dinheiro”, explica Reinaldo Lacerda, presidente do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários.

O modelo está dividido em dois níveis. O primeiro é chamado de “mandato”. Ele determina o objetivo do fundo de acordo com a finalidade do investimento. Por exemplo, se o fundo aplica seu patrimônio líquido em imóveis para locação ou arrendamento, visando a geração de renda para o investidor, ele é classificado como “Fundo imobiliário de renda”.

O segundo nível classifica o fundo por tipo de gestão: passiva ou ativa. É considerada passiva quando o gestor especifica no regulamento do produto quais imóveis farão parte da carteira ou quando o fundo busca acompanhar

um benchmark como, por exemplo, o Ifix (Índice de Fundos de Investimento Imobiliário). Já os produtos de gestão ativa são todos que não seguem esses critérios.

Para Rodrigo Machado, vice-presidente do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários, “a definição desses dois níveis explicita a estratégia dos fundos. Além de ajudar os investidores, auxilia o gerente no momento de orientar o cliente sobre os melhores produtos para ele”, explica.

O tipo ANBIMA é a combinação destes dois níveis. Isto é, caso o mandato do fundo seja para desenvolvimento para renda e a gestão seja ativa, o tipo ANBIMA será: Desenvolvimento para Renda Gestão Ativa. Essa é a nomenclatura que deverá ser registrada na nossa base de dados e também nos prospectos e nos materiais técnicos e de publicidade destes produtos.

As instituições deverão também definir qual o segmento de atuação do fundo, ou seja, qual é o setor preponderante no qual o fundo investirá seus recursos. Entre as opções estão: agências bancárias, imóveis destinados às atividades educacionais, hospital, hotel, lojas corporativas, imóveis do segmento logístico, imóveis residenciais e shoppings. Para se enquadrar em cada

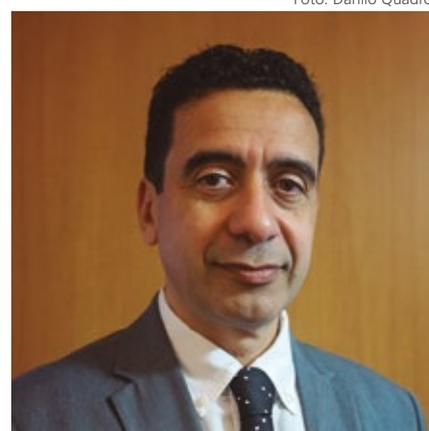


Foto: Danilo Quadros

De acordo com Reinaldo Lacerda, presidente do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários, a nova classificação trará informações mais precisas para o investidor

um destes itens, o fundo deve investir dois terços do patrimônio líquido nestes tipos de imóveis. Aqueles que investem em mais de um segmento são considerados híbridos e os que não se enquadram nos segmentos citados são representados pela opção “Outros”.

O trabalho para a classificação dos fundos imobiliários foi desenvolvido ao longo de dois anos e envolveu, além do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários, o Comitê de Indicadores de Mercado.

As instituições que seguem as regras do Código de Fundos de Investimento tiveram até 11 de setembro para adequar os fundos já registrados na base de dados da ANBIMA à nova classificação. ■

CONHEÇA A CLASSIFICAÇÃO

Veja abaixo os dois níveis do modelo elaborado pela ANBIMA.

MANDATO

Determina o tipo de fundo com base no objetivo do investidor

- **Desenvolvimento para renda**

Fundos que investem acima de dois terços do seu patrimônio líquido em desenvolvimento/incorporação de empreendimentos imobiliários em fase de projeto ou construção, para fins de geração de renda com locação ou arrendamento.

- **Desenvolvimento para venda**

Fundos que investem acima de dois terços do seu patrimônio líquido em desenvolvimento de empreendimentos imobiliários em fase de projeto ou construção, para fins de alienação futura a terceiros.

- **Renda**

Fundos que investem acima de dois terços do seu patrimônio líquido em empreendimentos imobiliários construídos, para fins de geração de renda com locação ou arrendamento.

- **Títulos e valores mobiliários**

Fundos que investem acima de dois terços do seu patrimônio líquido em título e valores mobiliários como: ações, cotas de sociedades, FIPs e FIDCs.

- **Híbridos**

Fundos cuja estratégia de investimento não observa nenhuma concentração das classificações anteriores.

TIPO DE GESTÃO

É a estratégia que o fundo seguirá na busca por rentabilidade

- **Passiva**

Fundos que especificam em seus regulamentos o imóvel ou o conjunto de imóveis que comporá sua carteira de investimento ou aqueles que têm por objetivo acompanhar um indicador do setor.

- **Ativa**

Todos os fundos que não seguem os critérios da gestão passiva.

Conheça os setores nos quais um fundo imobiliário pode investir seus recursos

- Lajes corporativas
- Shoppings
- Logística
- Hospital
- Residencial
- Títulos e valores mobiliários
- Agências bancárias
- Educacional
- Hotel
- Híbrido
- Outros

SAIBA MAIS

Para mais informações sobre a classificação, divulgamos a Deliberação nº 62 do Código de Fundos de Investimento. Nela, estão os procedimentos que as instituições deverão adotar. Veja pelo nosso portal em "Autorregulação" e em "Código de Fundos de Investimento". Se preferir acesse pelo QR Code ao lado.



Compliance: debate sobre surveillance e prevenção à lavagem de dinheiro

A adoção de melhores práticas no cumprimento de leis e políticas de conduta de negócio por parte das instituições financeiras está entre as principais preocupações do Comitê de Compliance. Temas como surveillance e prevenção à lavagem de dinheiro também estão na pauta do grupo para este segundo semestre.

Confira abaixo entrevista do presidente do grupo, Ricardo Döllinger, sobre as discussões do comitê.

► **Quais os principais temas em discussão no comitê?** Um dos assuntos para esse segundo semestre é a implementação de processos de surveillance, que é uma das funções do profissional de compliance. Trata-se do monitoramento eletrônico de transações que apresentam atipicidades ou tipologias suspeitas relativas a prevenção à lavagem de dinheiro, insider trading, manipulação de mercado, front-running, entre outros. As transações que atingem determinadas linhas de corte ou padrões de comportamento são apontadas para análise, podendo ou não resultar em investigações mais profundas. Devido ao fato de

termos que lidar com processamento de bases de dados complexas e enormes, o desafio está no uso de ferramentas estatísticas. Estamos formando um grupo de trabalho para mapear esse universo de surveillance nos intermediários de negociação e elaborar, se necessário, uma proposta de boas práticas.

► **A prevenção à lavagem de dinheiro está na agenda permanente do comitê. Como estão os debates atualmente?** O profissional de compliance é o “gestor” deste processo, sendo ele quem acompanha o assunto. Estamos passando agora por um momento especial em relação ao tema no Brasil. Os reguladores têm como meta a implementação de regulamentações que permitam as instituições financeiras a aplicação de abordagens baseadas em riscos (Risk Based Approach). Esse movimento é consequência do alinhamento brasileiro aos padrões do Gafilat (Grupo de Ação Financeira da América Latina). Em geral, hoje no Brasil, as regras atuais são prescritivas, isto é, determinam de que forma as instituições devem controlar seus riscos. As regulamentações baseadas em princípios e riscos permitem que as instituições concentrem seus esforços nos riscos mais altos, tornando o ambiente de controle eficaz com melhor relação de custo-benefício. O comitê monitora o desenvolvimento desse assunto e interage pontualmente com o Banco Central e com a CVM sobre o tema.

► **Mensalmente, são discutidas algumas decisões do CSRFN**

(Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional), conhecido como Conselhinho. Qual a importância deste debate?

O Conselhinho é a instância máxima do mercado financeiro e a ANBIMA tem um representante no órgão, que acompanha as discussões. No comitê, identificamos as decisões relevantes para os produtos e segmentos representados pela Associação e levamos isso ao debate. Analisamos os entendimentos do órgão sobre determinado tema. É uma forma de os profissionais se reciclarem e levarem as percepções para suas instituições, produzindo uma inteligência interna para revisar processos. Qualquer um pode analisar uma norma, mas se aprofundar na interpretação e entender a posição do regulador é um trabalho de compliance intelligence.

► **De uns tempos para cá, o comitê passou a debater temas com o objetivo de alinhar entendimentos entre seus participantes. Qual foi a motivação para a mudança?**

Antes discutíamos apenas ofícios e audiências públicas dos reguladores. Quando assumi a presidência do comitê, decidi que seria produtivo sairmos dessa “zona de conforto”. Saímos da teoria e fomos para a prática com o intuito de agregar valor para as instituições, para que os membros possam refletir e levar suas interpretações para o dia a dia do seu trabalho. ■



Ricardo Döllinger, presidente do Comitê de Compliance

CONHEÇA O COMITÊ

Presidente

Ricardo Döllinger

Vice-presidente

Jeanne Ching Lin Koo

Veja todas as informações sobre o comitê no QR Code ao lado.



Negociação: uniformização de operações auxilia no desenvolvimento do mercado

Mais de 140 instituições seguem as boas práticas do nosso Código de Negociação de Instrumentos Financeiros, que autorregula as operações com títulos de renda fixa e estruturadas com base em derivativos.

Para o vice-presidente do Conselho de Negociação de Instrumentos Financeiros e diretor da Associação, Saša Markus, as regras servem de guia e, sem essa uniformização, não haveria mercado. “As normas orientam desde questões éticas até a padronização da estrutura das operações”, explica.

Todos os aspectos são acompanhados de perto pela nossa equipe de Supervisão de Mercados. “O objetivo principal

não é penalizar, mas orientar as instituições para que façam suas negociações de maneira sustentável”, diz Cassiano Scarpelli, novo presidente do Conselho de Negociação de Instrumentos Financeiros, que assumiu em agosto de 2015.

Para o presidente da Comissão de Acompanhamento, Márcio Bonfiglioli, o desafio está em acompanhar as mudanças rápidas do ambiente de negócios, não só em relação ao aumento da complexidade de produtos e serviços, mas também das plataformas de negociação.

Confira mais detalhes sobre o segmento nas próximas páginas. ■

Entrevista com Saša Markus

O vice-presidente do Conselho de Negociação de Instrumentos Financeiros, Saša Markus, acredita que o diálogo entre as entidades reguladoras e autorreguladoras, visando a racionalização das regras e do processo de supervisão, é a tendência mundial para a área de autorregulação. Confira a entrevista completa.

Qual a importância da autorregulação de negociação? A autorregulação tem uma particularidade que deve ser destacada: tudo é feito pelos próprios associados, que são pessoas que dão seu tempo para a ANBIMA com o objetivo de construir



Foto: Ricardo Rollo

um modelo de autorregulação eficiente para o mercado. As normas servem de guia e orientam desde questões éticas até a padronização da estrutura das operações. Sem essa uniformização não haveria mercado.

Para você, qual é o futuro da autorregulação? A minha visão é que, com o passar do tempo, aumente o diálogo entre as entidades reguladoras e autorreguladoras com vistas à racionalização das regras e dos processos de supervisão aos quais as instituições são submetidas. Hoje temos várias entidades monitorando as instituições. O ideal é que caminhemos para otimização desses processos. Em todo o mundo, esta é a tendência.

Como se dá a participação das entidades de mercado no Conselho, junto com os membros indicados pela ANBIMA? Esta participação é essencial. O Conselho é um grupo formado por representantes do mercado, daí a importância de entidades de fora participarem. Dividimos responsabilidades na hora do julgamento das instituições e garantimos a imparcialidade nas decisões.

Entrevista com Márcio Bo



Foto: Divulgação/IP Morgan

Segundo o presidente da Comissão de Acompanhamento de Negociação de Instrumentos Financeiros, Márcio Bonfiglioli, o trabalho da Supervisão, em 2015, está focado nas operações. Veja mais detalhes na entrevista abaixo.

Como a autorregulação mudou o mercado de negociação de instrumentos financeiros no Brasil? Entendo que as principais contribuições da autorregulação foram um conjunto de regras a serem seguidas pelos operadores; a definição de critérios e de cálculo para negociação no mercado secundário; bem como o estabelecimento de uma estrutura

Monitoramentos

Confira alguns monitoramentos realizados pela Supervisão sobre o segmento de negociação entre 2014 e 2015:

Registro de Debêntures Constantemente, a Supervisão verifica os registros de operações de renda fixa e/ou derivativos de balcão das instituições. Toda negociação deve ser registrada no mesmo dia da negociação em dois locais: no sistema interno da instituição e na câmara de liquidação. No primeiro semestre, a Supervisão pediu o envio de evidências como, por exemplo, o print das telas de registro nos dois ambientes para verificar o cumprimento dessa exigência do código. O monitoramento envolveu 151 operações feitas por 52 instituições. O erro mais comum encontrado foi a ausência de registro das operações a termo – que são liquidadas dias depois do fechamento da transação. A maioria das instituições registrou apenas no dia da liquidação.

Operações de derivativos Na primeira metade do ano as instituições enviaram relação com suas operações para análise da Supervisão. Para uma amostra de operações selecionadas pela área de supervisão, as instituições enviaram o contrato que formaliza a operação, o material de venda dos produtos, a nota de negociação e evidências de cumprimento do procedimento de suitability. A Supervisão recebeu documentos de 214 operações. A conclusão desse monitoramento acontecerá no segundo semestre.

Cadastro de operadores Com o objetivo de promover a transparência no mercado de balcão, contamos com o Sistema de Cadastro de Operadores. Nele, estão as informações dos profissionais que atuam nas mesas de operação como, por exemplo, a instituição a qual está vinculado. É possível, ainda, verificar o tempo em que atuam no segmento, suas certificações e graduações. As instituições atualizam trimestralmente os dados de seus profissionais e a Supervisão checa periodicamente se as informações estão sendo, de fato, atualizadas.

COE Último produto a entrar no escopo da autorregulação de negociação, o COE (Certificado de Operações Estruturadas) já passou por supervisão. No ano em que o produto começou a ser comercializado, em 2014, a Supervisão checkou o material de venda disponível aos clientes, a aplicação do suitability, o registro da estrutura e a formalização dos negócios.

Confiança

mínima para o desempenho dessa atividade. Tudo isso contribui para um ambiente de negociação mais confiável.

Quais foram as principais mudanças?

A aplicação de regras para negociação de produtos específicos, como CCB (Cédulas de Crédito Imobiliário), derivativos de balcão e, mais recentemente, o COE (Certificado de Operações Estruturadas) conferem maior transparência na negociação com clientes, pois estabelece, por exemplo, um conteúdo mínimo para os materiais de divulgação destes produtos. Outro exemplo está relacionado à divulgação diária, para o mercado, de preços de referência de títulos públicos e de debêntures.

Quais são as atuais prioridades da Comissão?

Em 2013 e 2014 atuamos bastante na verificação da estrutura das instituições. Monitoramos a segregação das mesas de operações, estrutura tecnológica, políticas e manuais. Para 2015, o foco está nas operações. A Supervisão verificou, por exemplo, o processo de registro de debêntures. Agora estamos monitorando as operações de derivativos de balcão e planejamos olhar as operações com CCBs e COEs.

Entenda o segmento

O que é negociação de instrumentos financeiros

São as negociações envolvendo títulos de valores mobiliários de renda fixa e de operações estruturadas com base em derivativos. Elas podem ser feitas por telefone ou por meio eletrônico, sempre intermediadas pelas mesas de operações.

Produtos

Todos os produtos de renda fixa e derivativos de balcão.

Equipe de Supervisão de Mercados Negociação

Guilherme Benaderet
Superintendente

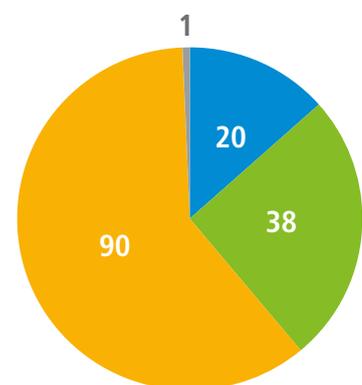
Equipe

Diogo Blazeque, Fábio Monteiro, Alessandra Morais, Amanda Gonçalves, Ana Paula Gomes, Augusto Vinicius e Kauan de Oliveira.

Contato:

supervisaodenegociacao@
anbima.com.br

Perfil das instituições



■ Bancos ■ Corretoras
■ Distribuidoras ■ Outros

Nova organização de relatórios, rankings e estatísticas facilita consulta a informações

Foto: Ricardo Rollo

Nossas publicações técnicas foram reorganizadas com o objetivo de aprimorar a organização e a apresentação dos dados. A partir de novembro, quando o processo estará concluído, o número de publicações, entre relatórios, rankings e estatísticas e ferramentas, cairá de 77 para 56, uma redução de 27%. O objetivo foi reorganizar os dados e o conhecimento técnico que disponibilizamos para o mercado sem reduzir o volume e a qualidade das informações.

“Ao longo dos anos, ampliamos e diversificamos as informações oferecidas aos nossos associados e ao mercado. O recente trabalho de otimização busca consolidar os dados para facilitar a consulta”, explica a superintendente de Representação Técnica, Valéria Arêas Coelho. Um exemplo dessas mudanças é a unificação dos nossos cinco relatórios

de fundos: Consolidado Mensal por Tipo; Taxas de Administração; Evolução Histórica de Patrimônio Líquido e Captação Líquida; Patrimônio Líquido e Captação por Categoria de Fundos e Segmentos do Investidor; Dados Estatísticos de Rentabilidade; e a tabela de Fundos por Tipo de Fundo. A nova publicação, agora denominada Consolidado Histórico de Fundos de Investimento, será divulgada mensalmente, a partir de novembro, e trará todas estas informações juntas. Quem se cadastrou para receber alguma destas publicações passa automaticamente a fazer parte do mailing para o recebimento do novo relatório.

As mudanças consideram a nova classificação de fundos, que entra em vigor em outubro e tem impacto direto nos relatórios e rankings de



“Ao longo dos anos, ampliamos e diversificamos as informações oferecidas aos nossos associados e ao mercado”, afirma Valéria Arêas Coelho, superintendente de Representação Técnica.

fundos e de varejo, private e gestores de patrimônio. Mesmo com as novas regras, os comparativos com anos anteriores não serão perdidos: os relatórios trarão estimativas históricas que permitam a comparação. ■

Organização por famílias e mercados

Paralelamente, trabalhamos para dividir nossas publicações técnicas por categorias – ou famílias – e por mercados. Nas famílias temos: ferramentas; estatísticas; rankings; relatórios; e estudos. Na divisão por mercados registramos: “fundos de investimento”, “mercado de capitais”, “renda fixa/tesouraria”, “varejo, private e gestão de patrimônio” e “preços e índices”.

Esse mapeamento estará refletido em todas as publicações, que a partir de novembro terão no cabeçalho a identificação com o nome do mercado e da família a qual pertencem. “Essa matriz, que traz as famílias das publicações e os mercados a que elas se referem, será nosso guia para reorganizar e aprimorar todos os canais de distribuição da Associação, de forma que os associados possam encontrar as informações com mais facilidade”, afirma Valéria.

SAIBA MAIS

Em breve divulgaremos um quadro completo com todas as famílias de produtos e seus mercados no nosso portal com destaque para as mudanças.

ACOMPANHE O CRONOGRAMA DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS

Outubro

- Consolidado Diário de Fundos de Investimento*

Novembro

- Consolidado Mensal de Fundo Imobiliário**

Junção das estatísticas: Evolução do PL e N° de Fundos e Rentabilidade acumulada do Ifix

- Ranking de Gestão*

Junção dos rankings: Gestão por Tipo de Investidor, Gestão (PL) e Gestão (Captação Líquida)

- Ranking de Administração*

Junção dos rankings: Administradores (PL) e Administradores (Captação Líquida)

- Ranking de Controladoria de Ativos*

- Consolidado Histórico de Fundos de Investimento*

Junção dos relatórios: Consolidado Mensal por Tipo; Taxas de Administração; Evolução Histórica de Patrimônio Líquido e Captação Líquida; Patrimônio Líquido e Captação por Categoria de Fundos e Segmentos do Investidor; Dados Estatísticos de Rentabilidade; e a tabela de Fundos por Tipo de Fundo

- Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros*
- Ranking de Custódia de Ativos*
- Ranking de Controladoria de Passivos*
- Boletim de Fundos de Investimento*
- Boletim Investment Funds*

- Ranking de Renda Fixa e Híbridos

Junção dos relatórios: Ranking de Renda Fixa e Híbridos e Tabela de Encerramento de Renda Fixa e Híbridos.

- Ranking de Renda Variável

Junção dos relatórios: Ranking de Renda Variável e Tabela de Encerramento de Renda Variável

- Ranking de Emissões Externas

Junção dos relatórios: Ranking de Emissões Externas, Ranking de Emissores do Mercado Externo e Tabela de Emissões Externas

- Boletim de Mercado de Capitais

Junção do boletim e da Tabela de Registros de Operações

* Contemplará dados da nova classificação de fundos ** Contemplará dados da nova classificação de fundos imobiliários

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | EDIÇÃO: Marineide Marques
PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

... PRESIDENTE: Denise Pavarina

... VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

... DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salomonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnolli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

... COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

... www.anbima.com.br

Certificação

Em 1º de outubro faremos dois webinars para apresentar uma série de dados sobre os profissionais certificados. Pela manhã, o evento será destinado aos RHs das instituições que seguem as regras do Código de Certificação. No mesmo dia, à noite, os profissionais certificados participarão de um bate-papo sobre carreira. Mais informações com eventos@anbima.com.br.

Autorregulação

As instituições aderentes ao Código de Gestão de Patrimônio Financeiro passarão a disponibilizar, semestralmente, aos seus clientes um relatório com o valor total da remuneração recebida no período. A novidade está na nova versão do código, que entra em vigor em 1º de outubro e pode ser acessada em nosso portal, na área de "Autorregulação".

As demais alterações refletem os novos conceitos e regras trazidas pelas Instruções nºs 554 e 555 da CVM.

Adesões

Em setembro, aderiram ao Código de Fundos: a Aqua, a Lakewood e a Partners Group Brazil Investimentos.

Texto para Discussão

Quem perdeu o 8º Congresso de Fundos de Investimento, realizado em maio, pode ficar por dentro de tudo que foi discutido. A publicação Texto para Discussão reproduz os debates de todos os painéis e palestras paralelas do evento. O texto pode ser acessado no portal, em "Informações Técnicas", em "Estudos". Se preferir, acesse pelo QR Code ao lado.



Cursos

Profissionais que queiram entender a nova regulação da indústria de fundos têm uma opção de curso no nosso Programa de Educação Continuada. Aqueles que trabalham em instituições associadas têm desconto nas inscrições. Destinado aos profissionais certificados, o curso foi formulado com base na Instrução nº 555 da CVM, que passará a regular a indústria em outubro. O programa completo, os valores e o formulário de inscrição podem ser acessados pelo site www.anbima.com.br/educacaocontinuada.

Site do associado

Os associados têm acesso exclusivo e gratuito a súmulas e guias de legislação. As súmulas trazem a íntegra das normas aplicáveis a produtos e a operações dos mercados. Ao todo são 25, e todas possuem recursos de navegação, de pesquisa e vêm acompanhadas de notas que facilitam a consulta. Os guias consolidam a legislação aplicável aos mercados e têm o conteúdo atualizado sempre que há alteração nas regras. São eles: guia operacional, guia tributário e guia de legislação de debêntures.

Os documentos estão disponíveis no site exclusivo do associado: www.anbima.associados.rtm. Se você não tem acesso, solicite à área de Relacionamento com Associados, com Teca Cidade no e-mail teca.cidade@anbima.com.br.

Fusões e aquisições

As operações de fusões e aquisições movimentaram R\$ 18,2 bilhões no primeiro semestre, com redução de 74% em relação ao mesmo período de 2014. O número de transações foi reduzido em 43,5%, passando de 62 para 35 na mesma comparação. O valor médio dos negócios ficou em R\$ 500 milhões, o menor resultado para um primeiro semestre desde o início do nosso acompanhamento deste segmento, em 2010. Essas e outras informações estão no Boletim de Fusões e Aquisições.

Veja no portal da ANBIMA, em "Informações Técnicas", em "Boletins". Se preferir, acesse pelo QR Code ao lado.



Gestão de patrimônio

Os recursos administrados por gestores de patrimônio cresceram 7,7% no primeiro semestre, na comparação com dezembro do ano passado, passando de R\$ 63,6 bilhões para R\$ 68,5 bilhões, segundo relatório divulgado em agosto. O volume de investimentos em renda fixa puxou a alta, com expansão de 14,8%, passando de R\$ 25,18 bilhões para R\$ 28,91 bilhões.

No semestre, os fundos multimercados cresceram 2,9%, subindo de R\$ 16,3 bilhões para R\$ 16,8 bilhões. Na renda variável, a alta foi de 10,4% frente a dezembro do ano passado, saltando de R\$ 14,7 bilhões para R\$ 16,2 bilhões.

As informações estão no relatório que está no nosso portal em "Informações Técnicas" e "Estatísticas". Você pode acessar também pelo QR Code ao lado.

